Processo nº: 0215526-93.2015.8.19.0001

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: Trata-se de ação civil pública proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO em face de AUTOVIAÇÃO TIJUCA S.A. e CONSÓRCIO INTERSUL DE TRANSPORTES pedindo, a título de tutela de urgência, que seja determinado que as rés cumpram na linha 220 (Usina x Candelária - Via Haddock Lobo - Circular), ou outra via que a substituir, os horários e o quantitativo da frota respectiva determinados pelo poder concedente, tanto no período diurno quanto no noturno, bem como nos finais de semana, empreguem veículos com documentação regular e em bom estado de conservação/manutenção, submetidos à vistoria anual realizada pelos órgãos competentes, sob pena de multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais). Requer, no mérito, a conversão da tutela antecipada em definitiva, a condenação das rés à indenizarem os danos materiais e morais de quem tenham padecido os consumidores individualmente considerados, bem como a reparar os danos materiais e morais causados aos consumidores considerados em sentido coletivo, no valor mínimo de R\$100.000,00 (cem mil reais), cujo valor se reverterá ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados. Saneado o feito, às fls. 338/341 e afastada a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo 2º réu, uma vez que a falta de conduta por parte do mesmo é matéria vinculada ao mérito, foi fixado o ponto controvertido da lide e determinada a produção de prova pericial, bem como foi rejeitado o pedido de inversão do ônus da prova formulado pelo autor. Diante disso, foi aberto novo prazo para o MP se manifestar em provas. Embargos de declaração opostos pelo 2º réu, às fls. 342/344. Manifestação do 1º réu, às fls. 345/348, requerendo a reconsideração da decisão que deferiu a prova pericial, bem como o autor, às fls. 352/355. Decisão, às fls. 356/357, negando provimento aos embargos declaratórios e revogando a decisão que deferiu a prova pericial. Manifestação do 2º réu, às fls. 358/360, informando sobre nova regulamentação da SMT que deliberou acerca das linhas que devem operar no serviço noturno, não estando a linha 220 incluída. Ofício da Secretaria Municipal de Transportes do Rio de Janeiro, às fls. 383/388, em resposta ao Juízo, informando ter o Consórcio Intersul, ora 2º réu, sido autuado através dos Autos de Infração nº A-1207750, A-12018526 e A-1208527, por ter operado a linha 220, no horário entre 21 e 23 horas, com uma frota abaixo da determinada em contrato, bem como informa, ainda, que a linha 220 não faz parte do rol de linhas que integram o serviço noturno. Manifestação do autor, às fls. 391/395, pugnando pela procedência dos pedidos, alegando que a linha 220 está obrigada a operar no horário noturno, e, ainda que se considere a nova resolução da SMTR, que não incluiu a referida linha no rol das linhas que devem operar no horário noturno, defende que os fatos que deram ensejo à demanda de origem ocorreram muito antes da alteração da regulamentação pelo órgão municipal competente. As rés se manifestaram às fls. 398/399 e 400/406, alegando não ter restado demonstrada a falha na prestação do serviço. É o relatório, passo a decidir. Trata-se o presente de Ação Civil Pública proposta em defesa dos direitos transindividuais dos consumidores, relativos ao serviço público de transporte coletivo, alegando o MP que as rés descumprem o quantitativo da frota da linha 220 (Usina x Candelária - via Haddock Lobo - Circular) que é determinado pelo poder concedente e que tal linha trafega em condições inadequadas de conservação/manutenção. Sobre a legitimidade do 2º réu, necessário esclarecer que o consórcio é o negócio jurídico que tem um intuito de propiciar a execução de certos empreendimentos específicos, por meio da atuação de sociedades independentes, que mantêm sua estrutura empresarial e autonomia jurídica. A relação entre as sociedades é obrigacional, fundada em um contrato em que elas se agregam temporariamente para que seja alcançado o propósito específico inerente a sua existência. O consórcio não tem personalidade jurídica, o que ele possui é personalidade formal, análoga a dos condomínios. A responsabilidade das sociedades consorciadas não tem solidariedade presumida, o que respeita a regra geral trazida no artigo 265 do Código Civil. Todavia há uma obrigação legal prevista no artigo 23, V, do Decreto 73140/73 de que as consorciadas devem apor em seu contrato de constituição de consórcio a cláusula da solidariedade entre elas. Tal disposição sobre a solidariedade também está presente na legislação consumerista, conforme se depreende da leitura do §3º do artigo 28 do CDC. Contudo, nenhuma dessas disposições legais, dispõe que o próprio consórcio responde pelas ações das consorciadas. As consorciadas respondem solidariamente entre elas somente pelas obrigações contraídas no consórcio, jamais poderia o consórcio responder por obrigações ou atos ilícitos praticados pelos seus consorciados, porque ele não tem personalidade jurídica. Vejamos a redação da Lei de Sociedades Anônimas: Art. 278. As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para executar determinado empreendimento, observado o disposto neste Capítulo. § 1º O consórcio não tem personalidade jurídica e as consorciadas somente se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade. O consórcio possui apenas personalidade formal, ele é, segundo Rubens Requião, 'uma

modalidade técnica de concentração de empresas. Através dele podem diversas empresas, associando-se mutuamente, assumir atividades e encargos que isoladamente não teriam força econômica e financeira, nem capacidade técnica para executar'. Segundo Tavares Borba, 'o consórcio não corresponde a uma pessoa jurídica e, por essa razão, não dispõe de patrimônio próprio, de obrigações próprias, de direitos próprios' e ainda segundo Borba, 'cada membro do consórcio terá as suas obrigações específicas'. Não se pode confundir os consórcios com as sociedades de propósito específico, uma vez que estas possuem sua própria personalidade jurídica, podendo ser demandadas em juízo já que têm direitos e obrigações próprias. Tal fato não exclui a possibilidade de o consórcio figurar em juízo, o STJ no AgRg no AREsp 703654/MS, reconheceu personalidade judicial para os consórcios. Ele, portanto, pode ser demandado, mas jamais ser condenado por uma má prestação de serviço de uma de suas consorciadas, porque as sociedades que o formam mantêm sua autonomia, o consórcio não possui qualquer ingerência sobre elas. A legitimidade é uma das condições da ação (art. 17 CPC), e como tal, deve ser aferida in statu assertionis, ou seja, de acordo com as afirmações feitas pelo autor na inicial. O MP imputa a responsabilidade pela má prestação do serviço de transportes ao segundo réu. Se tidas como verdadeiras todas as afirmações feitas pelo MP, sem a análise de provas, ainda assim não poderiam os pedidos serem julgados procedentes, porque o réu é um consórcio e, como tal - conforme já analisado - não responde pelas obrigações de suas consorciadas. Nesse sentido: Decisão da 12ª Turma do TRT-2 sobre recurso interposto por funcionário de empresa de transporte consorciada e, adesivamente, por 2ª empresa reclamada também integrante do consórcio, absolveu a recorrida de responsabilidade solidária quanto a obrigações trabalhistas devidas ao empregado. O acórdão, de relatoria da desembargadora Elizabeth Mostardo, deu parcial provimento ao apelo do reclamante, sobre pagamento de uma hora diária de intervalo intrajornada indevidamente reduzido, e reformou a sentença em relação ao reconhecimento do grupo econômico, absolvendo a 2ª reclamada dos pleitos da demanda. Segundo entendimento dos magistrados, quando em consórcio, cada empresa mantém sua personalidade jurídica e independência, respondendo cada uma por suas obrigações (artigo 278, § 1º, da LSA), embora em face da Administração Pública e, em decorrência de processo licitatório, a responsabilidade seja solidária em relação aos atos praticados em consórcio. Assim, uma empresa do consórcio, em princípio, não pode ser responsabilizada pelas obrigações de qualquer ordem, inclusive trabalhistas, contraídas por outra empresa consorciada em atos não praticados em consórcio. (Processo 0001531-52.2015.5.02.0055 - Acórdão 20160638156) DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATROPELAMENTO EM VIA PÚBLICA. ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. CONSÓRCIO DE EMPRESAS. RELAÇÃO DE CONSUMO. SOLIDARIEDADE ENTRE AS CONSORCIADAS. ART. 28, § 3º, DO CDC. ILEGITIMIDADE DO PRÓPRIO CONSÓRCIO. 1. Cuida-se de ação de indenização por danos materiais e compensação por danos morais, ajuizada em razão de atropelamento por ônibus do transporte público coletivo. 2. O propósito recursal, para além da negativa de prestação jurisdicional, consiste em definir se as sociedades integrantes de consórcio para a prestação de serviço de transporte coletivo urbano, assim como o próprio consórcio, respondem solidariamente por acidente envolvendo ônibus de propriedade exclusiva de uma das empresas consorciadas. 3. Inexistentes os vícios de omissão, contradição ou obscuridade no acórdão recorrido, não se caracteriza a violação do art. 535 do CPC/73. 4. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema. 5. Como regra geral, as sociedades consorciadas apenas se obrigam nas condições previstas no respectivo contrato, respondendo cada uma por suas obrigações, sem presunção de solidariedade, de acordo com o disposto no art. 278, § 1º, da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76). 6. Essa regra, no entanto, não é absoluta, havendo no ordenamento jurídico diversas normas que preveem a solidariedade entre as sociedades consorciadas, notadamente quando está em jogo interesse que prepondera sobre a autonomia patrimonial das integrantes do consórcio. 7. Na hipótese de responsabilidade derivada de relação de consumo, afasta-se a regra geral da ausência de solidariedade entre as consorciadas por força da disposição expressa contida no art. 28, § 3º, do CDC. Essa exceção em matéria consumerista justifica-se pela necessidade de se atribuir máxima proteção ao consumidor, mediante o alargamento da base patrimonial hábil a suportar a indenização. 8. Não obstante, é certo que, por se tratar de exceção à regra geral, a previsão de solidariedade contida no art. 28, § 3º, do CDC deve ser interpretada restritivamente, de maneira a abarcar apenas as obrigações resultantes do objeto do consórcio, e não quaisquer obrigações assumidas pelas consorciadas em suas atividades empresariais. 9. Ademais, a exceção em comento não alcança o próprio consórcio, que apenas responderá solidariamente com suas integrantes se houver previsão contratual nesse sentido. 10. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, parcialmente provido. (STJ - REsp: 1635637 RJ

2016/0198153-6, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 18/09/2018, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 21/09/2018) Em razão disso, por inexistir relação obrigacional com os fatos articulados na inicial, reconheço, no mérito, a ilegitimidade passiva do segundo réu. Quanto à responsabilidade da 1ª ré, verifica-se que as alegações contidas na inicial não foram contestadas em sua manifestação nos autos, devendo, portanto, serem presumidas como verdadeiras já que são incontroversas, conforme dispõe o artigo 341 do CPC. Por esses vícios do serviço responde objetivamente o fornecedor, já que estamos diante de uma relação de consumo. O descumprimento da determinação do número de ônibus que compõem a frota da linha 220, assim como as más condições de conservação/manutenção dos ônibus geram deficiência no serviço de transporte, que nada mais é do que um direito social dos cidadãos. Ao inadimplir um contrato de concessão desta relevância social a ré atenta contra a dignidade de seus consumidores, que são reduzidos a condição de coisa, enquadrados como meio para a obtenção de um fim maior que é a obtenção de lucro a qualquer custo. Fere a honra dos consumidores ter de esperar longamente por um ônibus para se deslocar de casa para o trabalho, essa demora consequentemente gera superlotação dos coletivos, corroborando para sua má conservação e resultando nesta prestação ineficiente e inadequada dos serviços, causando até riscos à segurança. Evidentes, portanto, as lesões aos direitos da personalidade dos consumidores. Por se tratar de interesses de origem comum, sendo o objeto divisível e as partes passíveis de serem identificadas, temos aqui demanda que tutela os direitos individuais homogêneos, devendo os danos morais serem pagos individualmente a cada consumidor, sendo eles aqui fixados de forma genérica a serem apurados na fase de habilitação, nos termos do artigo 95 do CDC. Não há que se falar em danos morais coletivos porque estamos diante de direitos individuais homogêneos, devendo a indenização ser direcionada a cada consumidor lesado, acarretaria bis in idem nova condenação da ré por danos morais por esse mesmo fato. Com relação aos danos materiais, que englobam o que as partes perderam e aquilo que razoavelmente deixaram de lucrar pelo dano causado pelo fornecedor, visualizo o enriquecimento ilícito da ré pela não operação da linha 220 com a totalidade dos ônibus estipulada pelo poder concedente. O preço da tarifa é calculado com base no equilíbrio do contrato, na relação entre o serviço prestado e a contraprestação recebida. Logo, se há um desequilíbrio nessa comutatividade, gerado por uma das partes, a parte lesada deve ser indenizada. Não sendo possível determinar o montante devido porque a apuração do valor depende da produção de provas que não constam nos autos, será ela realizada em liquidação de sentença. Posteriormente, a apuração do quantum devido a cada consumidor lesado será feita na forma do artigo 95 do CDC. Pelas razões apresentadas no parágrafo supra, não é cabível neste caso a condenação em danos materiais coletivos. Com relação à circulação noturna da linha 220, não assiste razão ao MP. O serviço de transporte foi recentemente alçado à condição de direito social com a EC 90/2015, que alterou o caput do artigo 6º da Constituição. O transporte, como direito de segunda geração, requer uma atuação positiva do Estado para que seja garantido aos cidadãos e, de acordo com a distribuição de competências atribuídas pelo Pacto Federativo, por ser de predominante interesse local, o transporte intramunicipal, é de competência dos Municípios. Ao município cabe organizar e prestar o serviço de transportes municipais, diretamente ou sob o regime de concessão ou permissão, conforme dispõe o artigo 30, V, da Carta Magna. A concessão de serviços públicos é um contrato administrativo por meio do qual o Poder Público delega a execução de serviços públicos a terceiros. É uma forma de pactuação entre o Poder Público e o concessionário para que este preste o serviço público nos limites do contrato, podendo ficar estipulado o modo, a forma e as condições de sua prestação, conforme dispõe o artigo 23, II, da Lei 8987/95. Não há qualquer menção nos autos ao contrato de concessão. Há, todavia, no Inquérito Civil, no anexo VIII, mais especificamente no item 1.2 (fls. 149), afirmação de que as regras gerais da prestação dos serviços de que trata o presente Anexo encontram-se previstas [...] nas normas que dispõem sobre o transporte noturno, constantes da LOM/RJ, conforme especificado na Resolução SMTR nº 54, de 07/06/88, complementada pela Resolução SMTR nº 139, de 25/06/89 [...]; e a outra norma, também no anexo VIII, no §3º do artigo 4º (item 2.1.2, fls. 157), que faz menção ao horário de funcionamento dos serviços noturnos e também ao artigo 414 da LOM/RJ. Ao tratarem da regulamentação dos serviços noturnos de transporte ao longo dos autos as partes somente se referiram a essas normas. Portanto, é de se concluir que as normas que vinculam a prestação de serviço noturno por parte da ré são: o artigo 414 da LOM/RJ, regulamentado por duas resoluções da SMTR. A simples leitura do referido artigo da Lei Orgânica do Rio de Janeiro mostra que ela é uma norma de eficácia plena, haja vista que não carece de regulamentação para que surta efeitos: a LOM impõe ao ente competente que as linhas de ônibus circulem com no máximo uma hora de intervalo. Esse é um mandamento feito ao legitimado para organizar o transporte municipal, que é o Município do Rio de Janeiro, por meio de sua Secretaria Municipal de Transportes. Ao município compete a criação e manutenção das linhas de ônibus de modo a melhor atender à população, competindo a ele efetivamente prestar o serviço, ou concedê-lo a um particular. Uma vez feita a concessão de

determinada linha, ela deve obedecer estritamente ao contrato, porque ela não transmite a competência constitucional ao particular, a ele cabe tão somente executar a prestação do serviço de transporte na forma estabelecida pelo Município. O referido Anexo VIII é bastante claro quanto a incumbência da ré sobre a prestação do serviço noturno: ela deve respeitar o intervalo estipulado na Lei Maior do Município, mas, de acordo com as Resoluções SMTR de número 54 e 139. Essas resoluções, por sua vez, como é incontroverso nos autos, não determinam a circulação da linha 220 no período noturno. Posteriormente a publicação da Resolução SMTR nº 2776 revogou as duas resoluções anteriores e estabeleceu novas regras para operação de serviço noturno, não tendo sido a linha 220, obrigada a operar no referido horário, ratificado pela SMTR, através do ofício nº 365/2017. A licitação para a prestação dos serviços de transporte foi aberta e os licitantes ofereceram propostas para atuar nos termos do que estabelecia o edital, tendo a vencedora, ora ré, feito seus cálculos, organizado sua infraestrutura, contratado funcionários, adquirido veículos, feito contratos, apresentado proposta de tarifa, etc. para atuar nos limites do que regulamentava o edital, o que não engloba a circulação noturna da linha 220. Exigir que a ré amplie suas atividades ocasionaria um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, podendo ensejar aumento nas tarifas, ou até inviabilizar o exercício da atividade, além de ferir um dos princípios mais caros insculpidos na constituição: o da legalidade (artigo 5º, II). Seria também enorme afronta ao artigo 37, XXI, da CF, porque por meio de ordem judicial, a Administração estaria, indiretamente, contratando um serviço sem licitação, já que a prestação do serviço noturno da linha 220 pela ré não fez parte do certame vencido. Isso, porém, não significa que se está dando prevalência ao Edital de Licitação sobre a Lei Orgânica do Município. A linha de ônibus deve circular no período noturno conforme o artigo 414 da LOM, mas, não sob responsabilidade do concessionário. Por ser um contrato administrativo típico, verificando a necessidade, pode ser que o Município, utilizando-se de suas prerrogativas, imponha tal determinação a ré, fazendo com que os termos do contrato tenham que ser reajustados, todavia, isso é uma decisão discricionária do Executivo. Ainda sobre o artigo 414 da LOM/RJ, entendo que sua interpretação não deve ser literal, sob pena de inviabilizar a prestação de serviços públicos. Como sabido, a demanda por transportes públicos é muito maior durante o dia (5h às 23h), não sendo crível a leitura de que mesmo quando não necessário todas as linhas que circulam durante o dia devam permanecer circulando durante a madrugada (23h01min. às 4h59min.), com apenas a redução da frequência dos ônibus. Tal interpretação afronta os princípios da eficiência, proporcionalidade e da economia que devem reger a Administração Pública. Deve se fazer uma interpretação axiológica, buscando o real objetivo da norma, que, em consonância com a Constituição Federal, é: não deixar de fornecer esse serviço essencial durante a madrugada. Comprovada a não obrigatoriedade da circulação, pela 1ª ré, da linha 220 no período noturno, não há qualquer ato ilícito e, como consequência, tampouco danos a serem indenizados. Atenho-me, por fim, à discussão a respeito da possibilidade ou não de condenação de honorários advocatícios de sucumbência em favor do MP em razão de a LACP não dispor expressamente a esse respeito. Ausente qualquer previsão sobre o tema no microsistema dos direitos transindividuais (LACP e CDC) havendo apenas norma legal nos casos de improcedência dos pedidos, o STJ, em entendimento ao qual me filio, tem decisão recente no sentido de que, por critérios de simetria, não pode o réu ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios ao MP, salvo em casos de comprovada má-fé. Vejamos: RECURSO ESPECIAL DA VIAÇÃO SANTA LUZIA LTDA. PROCESSUAL CIVIL. TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO. PERMISSÃO. AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO. NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À RESERVA DE PLENÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. SÚMULA 7/STJ. ART. 42, §2º, DA LEI Nº 8.987/95. PRAZO ESTIPULADO EM LEI. HONORÁRIOS. NÃO CABIMENTO. [...] 5. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que, por critério de absoluta simetria, no bojo de ação civil pública não cabe a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público. Assim, como o DETRO/RJ foi considerado parte ativa legítima na demanda, aplica-se o disposto no art. 18 da Lei 7.347/1985, que afasta a condenação em honorários sucumbenciais, exceto em caso de comprovada má-fé, o que não ocorreu no caso. [...] (REsp 1354802/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2013, DJe 26/09/2013) Em face do exposto e por esses fundamentos, julgo extinto o feito sem a apreciação do mérito no que tange ao segundo réu, conforme artigos 485, VI, do CPC. Deixo de aplicar os ônus da sucumbência por interpretação extensiva ao que dispõe o 87 do CDC. Quanto à 1ª ré, JULGO PROCEDENTES os pedidos para condenar a: - Operar a linha 220 (Usina x Candelária - via Haddock Lobo - Circular) com o quantitativo determinado pelo poder concedente no período diurno, estando os veículos em bom estado de conservação/manutenção, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que devidamente comprovado por meio de fiscalização da SMTR, salvo caso fortuito e força maior demonstrado; Quanto à eventual falta de conservação e manutenção, a mera constatação de que o veículo encontra-se necessitando de manutenção, não gera a

aplicação da multa, pois certamente todos os dias devem chegar no estabelecimento da empresa veículos para este fim, seja pelo uso regular, seja por vandalismo. É necessária a prova no sentido de que o veículo necessitando de manutenção, não é direcionado para tanto, permanecendo em más condições. - Compensar os consumidores individualmente considerados pelos danos morais a eles causados, bem como a indenizá-los pelos danos materiais sofridos, na forma do artigo 95 do CDC. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de condenação da ré a operar com a linha 220 (Usina x Candelária - via Haddock Lobo - Circular) no período noturno, bem como os pedidos indenizatórios/compensatórios decorrentes dele. CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA para determinar que a ré opere com o quantitativo determinado pelo poder concedente no período diurno para a linha 220 (Usina x Candelária - via Haddock Lobo - Circular), estando os veículos em bom estado de conservação/manutenção, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cinquenta mil reais), desde que devidamente comprovado por meio de fiscalização da SMTR, salvo caso fortuito e força maior demonstrado. Em virtude da sucumbência recíproca as despesas processuais devem ser divididas pro rata, observado o disposto no artigo 87 do CDC. Deixo de condenar o MP em honorários advocatícios em virtude de interpretação extensiva do artigo 87 do CDC. Deixo de condenar a ré ao pagamento de honorários advocatícios ao MP para manter o critério de simetria adotado na LACP, conforme jurisprudência do STJ. Com relação ao pedido de operação pela ré da linha 220 nos finais de semana de acordo com o quantitativo estipulado pelo poder concedente, bem como os pedidos indenizatórios dele decorrentes, tendo em vista o perigo de dano irreparável aos usuários que necessitam do funcionamento adequado do serviço essencial de transporte público nos finais de semana, condeno a ré a adotar as medidas necessárias a fim de adequar a frota em circulação aos finais de semana quanto ao número de coletivos estabelecido pelo poder concedente. Fixo multa de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para hipótese de descumprimento da presente decisão, desde que devidamente comprovado por meio de fiscalização da SMTR, salvo caso fortuito e força maior demonstrado. P.R.I. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquite-se.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO:

Processo nº:	0215526-93.2015.8.19.0001

Tipo do Movimento: Sentença

Descrição: 1 - Trata-se de embargos de declaração opostos às fls. 418/422 pela parte ré, alegando omissão na sentença de fls. 407/417, por não constar na parte dispositiva a forma de apuração dos pedidos indenizatórios dele decorrentes, com relação à operação da linha 220, nos finais de semana. Em resposta, o embargado, às fls. 424/427, requerem a rejeição dos embargos de declaração de fls. 418/422. É o sucinto relatório. Examinados. Decido. Os Embargos de Declaração se consubstanciam em modalidade recursal cujo objetivo precípuo é remediar a obscuridade, contradição, omissão ou erro material, existente no pronunciamento judicial. A sentença de fls. 477/482, analisou pontualmente cada um dos pedidos do autor, porém deixou de constar na parte dispositiva que julgou procedente os pedidos autorais a condenação da parte ré em operar a linha 220 nos finais de semana de acordo com o quantitativo estipulado pelo poder concedente, constando tal determinação apenas na parte em que concede a antecipação dos efeitos da tutela. Isso posto, conheço dos embargos e acolho-os parcialmente, para modificar a sentença de fls. 407/417, passando a constar: "... Quanto à 1ª ré, JULGO PROCEDENTE os pedidos para condenar a: - Operar a linha 220 (Usina x Candelária - via Haddock Lobo - Circular) com quantitativo determinado pelo poder concedente no período diurno e nos finais de semana, estando os veículos em bom estado de conservação/manutenção, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que devidamente comprovado por meio de fiscalização da SMTR, salvo caso fortuito e força maior demonstrado; ...". No mais, a sentença permanece tal como lançada. P.I. 2 - Trata-se de Recurso de Apelação proposto pelo autor, às fls. 428/467, requer no item IV, alínea (i) de fls. 466, o exercício do juízo de retratação, conforme previsto no art. 485, §7º do CPC, quanto a extinção do feito sem resolução do mérito quanto ao 2º réu. Mantenho a sentença de fls. 428/467, quanto a extinção do feito sem resolução do mérito quanto ao 2º réu, pelos seus próprios fundamentos. 3 - Nos termos do §1º do art. 1.010 do NCPC, intime-se a ré para apresentar contrarrazões à apelação interposta às fls. 428/467, no prazo de 15 dias.